Diário de bordo

Mais comércio agrícola



Roberto Rodrigues*

É DE conhecimento geral que, no ano passado, o saldo comercial do agronegócio foi de 79,4 bilhões de dólares, mais de quatro vezes maior do que o saldo comercial do País todo, que foi de 19,4 bilhões de dólares. Já era, então, um número extraordinário, mas não para de crescer: segundo a SECEX do MDIC, de janeiro até setembro deste ano, o saldo do País era negativo em 1,62 bilhão de dólares, enquanto o do agronegócio era positivo em 65,3 bilhão. E ainda mais: considerados os últimos doze meses, de 1º de outubro do ano passado a 30 de setembro deste ano, o saldo do agro era de 85,5 bilhões de dólares e o nacional completo, de apenas 2,1 bilhões de dólares. A comparação entre os números impressiona: o saldo brasileiro caiu de 19 bilhões para 2 bilhões, e o do agro subiu de 79 bilhões para 85 bilhões de dólares.

Também se sabe que a soja tem sido grande impulsionadora das exportações. Sozinha, sua cadeia produtiva, no ano passado, exportou 26,1 bilhões, equivalentes a 11% das exportações totais do País e a 27% das do agronegócio. A safra desta leguminosa, em 2012, foi de 81,5 milhões de toneladas. Pois bem: para o ano que vem, estima-se que a produção de soja supere 88 milhões de toneladas, ficando acima da produção norte-americana, que deverá chegar a 86 milhões. É, portanto, de se supor que, em 2014, se mantenha a saga do saldo comercial sendo puxado pelo agro, mesmo porque a demanda dos principais importadores, como a China, não para de crescer.

Considerando outros produtos, como açúcar, café, carnes, produtos florestais, suco de laranja, tudo indica que, no ano que vem, o agro tenha de novo grande peso no saldo comercial, embora o ânimo na indústria venha também melhorando no segundo semestre de 2013, sinalizando investimentos produtivos no setor.

Por isso, fica cada vez mais evidente a necessidade do País buscar acordos comerciais com os grandes consumidores mundiais de alimentos, fibras e energia. Avulta a importância de acordos bilaterais com outros países, em busca de mercados que nos permitam crescer no agronegócio, agregando valor às *commodities* agrícolas, gerando empregos, riqueza, renda e excedentes exportáveis no Brasil.

Mas, além de acordos bilaterais ou com blocos – como a União Europeia, em estudo –, existe um acordo chamado Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC), assinado em abril de 1988, em Belgrado, no âmbito da UNCTAD. O acordo foi subscrito mais tarde, em abril de 1989, por quarenta países, inclusive o nosso. Em 1997, houve, em Genebra, outra Rodada entre os países signatários e, em 2010, uma terceira, em São Paulo. Dos vinte e dois países que vieram a esta terceira discussão, onze assinaram o acordo: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia e Marrocos, alguns dos quais grandes consumidores de produtos agrícolas.

O objetivo do acordo é exatamente incrementar o comércio entre os signatários, a partir do estabelecimento de margens de preferência, num percentual aplicável pelo país importador às tarifas do produto importado que constem de uma lista de concessões.

Segundo o texto aprovado em 2001, haverá uma margem de preferência de 20% em boa parte das exportações dos signatários. Isso significa, por exemplo, que um produto que a Índia importe dos Estados Unidos com uma tarifa de 10% seria importado do Brasil com tarifa de 20% a menos, isto é, de 8%. Parece pouco, mas, em muitos produtos, isso faz a diferença. E a recíproca é verdadeira, isto é, o Brasil daria preferência aos produtos vindos dos países participantes. Setores considerados sensíveis ficariam fora dessa liberação, mas não há duvida de que o SGPC pode criar bons mercados para o agro brasileiro.

No entanto, o acordo ainda não foi implementado por nosso País e, aparentemente, continua em estudo no âmbito do Executivo federal. Está passando da hora de sair das intenções para a realidade. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo